



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3002044-38.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda**
Requerente: **MATHEUS DA SILVA CIRILO**
Requerido: **Ghandi Secaf Veículos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que foi ao estabelecimento da ré com o objetivo de adquirir uma motocicleta e lá manifestou o desejo de fazer um test drive em outra motocicleta, o que lhe foi permitido.

Alegou ainda que no trajeto em dado momento freou a motocicleta diante de um semáforo que estava fechado, mas ela derrapou porque havia óleo na pista e veio a cair.

Responsabilizou-se pelo valor necessário à reparação da motocicleta, mas posteriormente "refletiu melhor" e concluiu que não foi o causador do acidente.

Almeja ao recebimento do montante pago à ré para o conserto da motocicleta envolvida na queda.

A pretensão deduzida não merece prosperar.

Fica claro pelo relato exordial que o autor não foi em momento algum coagido a assumir o pagamento do montante necessário à reparação da motocicleta que utilizava em test drive e que veio a cair ao solo.

Por outro lado, a responsabilidade do autor no episódio é incontroversa porque a existência de óleo na pista é plenamente previsível e não isenta o motorista que por isso se acidenta ao ressarcimento dos danos daí decorrentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A propósito, leciona **CARLOS ROBERTO GONÇALVES** que tal circunstância *"não tem sido aceita pela jurisprudência brasileira como pretexto para isenção da responsabilidade pelos danos oriundos de acidentes automobilísticos. Entendem, também, os tratadistas que a derrapagem é, antes, um indício de culpa do que exemplo do fortuito, eximente da obrigação de indenizar."* ("Responsabilidade Civil, 6ª edição, pág. 613).

A jurisprudência perfilha o mesmo entendimento:

"1. Doutrina e jurisprudência, já pacificaram a exegese no sentido de que a derrapagem em razão de óleo na pista de rolamento não constitui motivo suficiente à elisão da responsabilidade do condutor pela reparação dos danos causados em acidente dela decorrente, visto tratar-se de situação previsível e evitável pelo motorista habilitado. 2. Recurso improvido." (TJ-SP, Apelação nº 0009260-88.2011.8.26.0011, 35ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ARTUR MARQUES**, j. 23/04/2012).

"Age com culpa o motorista de ônibus que, em estrada estreita de descida da serra, perde controle do veículo ao passar em trecho com óleo derramado por outro veículo. Trata-se de situação corriqueira de trânsito e o acidente poderia ter sido evitado se utilizada cautela adequada" (TJ-SP, Apelação S/ Revisão nº 1136841-0/3, 32ª Câmara Direito Privado, rel. Des. **KIOTSI CHICUTA**, j. 03/07/2009).

"Condutor do ônibus que perde o controle do ônibus, que derrapa em estrada e bate em barranco, causando lesões graves no autor - Alegação de existência de óleo na pista - Circunstância que, por ser previsível, não se evidencia como caso fortuito ou força maior." (STJ, REsp 1247136-SP, rel. Min. **SIDNEI BENETI**, j. 09/05/2011).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos e conduzem, patenteada a responsabilidade do autor, à improcedência da ação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**